ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 445 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024.

DISPÕE SOBRE A ATUAÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO NO AUXÍLIO ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DE CONTROLE INTERNO DO FUNDO DE PENSÕES E PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MENDES - PREVIMENDES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE HENRIQUE COSTA DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE MENDES, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 31, 70 e 74 da Constituição Federal, no art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 76 a 80 da Lei nº 4.320/1964;

CONSIDERANDO que as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC T 16.8, aprovadas pela Resolução CFC nº 1.135/2008, estabelecem os referenciais para o controle interno no setor público;

CONSIDERANDO a necessidade de que o PREVIMENDES produza relatórios de controle interno, que permitam aferir a sua qualidade, relacionados à abrangência dos assuntos a serem objeto de verificação, bem como a sua funcionalidade, repercussão e alcance;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do PREVIMENDES às normas e procedimentos do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – Pró-Gestão RPPS, instituído pela Portaria MPS nº 185/2015;

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade ao funcionamento institucional do PREVIMENDES;

DECRETA:

Art. 1º - A Controladoria Geral do Município, em sua missão institucional, deverá produzir Relatórios Gerenciais de Controle Interno, semestralmente, que deverão proporcionar ao PREVIMENDES os seguintes critérios:

I – Que os riscos que afetam as atividades do PREVIMENDES deverão ser mantidos dentro de patamares aceitáveis.

II – Que as demonstrações contábeis e financeiras deverão refletir adequadamente suas operações.

III – Que os procedimentos administrativos deverão ser operacionalizados em conformidade com bons padrões de ética, segurança e economia.

Art. 2º - Os relatórios previstos no caput do art. 1º deste Decreto deverão ainda observar as seguintes finalidades:

I - Assegurar o cumprimento das leis, regulamentos, normativos internos e diretrizes de planejamento;

II - Utilizar as informações disponíveis, com o propósito de realizar análises de natureza administrativa, financeira e de produtividade concernentes à gestão do PREVIMENDES;

III - Garantir que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de acordo com os princípios contábeis, preservando a integridade dos registros contábeis, de modo a salvaguardar os ativos pertencentes à instituição ou sob sua responsabilidade.

Art. 3º - O Conselho Municipal de Previdência do Fundo de Pensões e Previdência dos Servidores Públicos de Mendes – PREVIMENDES , fica autorizado a estabelecer, por Resolução, outros conceitos e medidas a serem contempladas pelo Relatório de Controle Interno do PREVIMENDES, a ser produzido pela Controladoria Geral do Município.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mendes, 27 de Dezembro de 2024.

JORGE HENRIQUE COSTA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Silva Figueira
Código Identificador:0A2D7936

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro no dia 30/12/2024. Edição 3787
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/aemerj/>